

XXI Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação – XXI ENANCIB

GT-5 – Política e Economia da Informação

CAPITAL MATA: A FARSA INFORMACIONAL DOS CARTÓRIOS EM TERRAS DO SEM FIM DE JORGE AMADO

CAPITAL KILLS: INFORMATIONAL SCAM IN NOTARY REGISTRIES FROM JORGE AMADO'S TERRAS DO SEM-FIM

Monique Figueira - Instituto Brasileiro de Ciência e Tecnologia/Universidade Federal do Rio de Janeiro (IBICT/UFRJ)

Marco Schneider - Instituto Brasileiro de Ciência e Tecnologia/Universidade Federal do Rio de Janeiro (IBICT/UFRJ)

Modalidade: Trabalho Completo

Resumo: O regime de informação fundiário brasileiro se encontra repleto de distorções: fraudes como a grilagem, o patrimonialismo dos cartórios, a dispersão dos dados sobre propriedade da terra entre cadastros e registros sem interoperabilidade. Tais irregularidades são há muito relatadas em outras disciplinas, mas não na Ciência da Informação brasileira, a despeito da centralidade do tema para a estruturação econômica e promoção de justiça social. Considerando tal carência de fontes, o objetivo principal do artigo é relacionar o romance “Terras do Sem Fim”, de Jorge Amado, com a Economia Política da Informação, a partir de pesquisa bibliográfica e documental de leis e conteúdo midiático, assim como entrevista semidirigida com uma especialista em direito urbano. A análise da obra nos levou a quatro temáticas pertinentes aos objetos do nosso campo: 1) os mistérios da mata; 2) a violência da ocupação territorial; 3) a commodificação; 4) a farsa informacional dos cartórios. A era ou sociedade dita da informação ainda toma o Brasil como uma grande soma de capitâncias hereditárias, e aqui buscamos uma “transgramática” ao recorrer a fontes diversas para construir com rigor científico um objeto do conhecimento marcado por silenciamentos, crimes e falsas legalidades.

Palavras-Chave: economia política da informação; literatura; gestão de documentos; regimes de informação.

Abstract: The land information regime in Brazil is full of distortions: frauds such as land grabbing, the patrimonialism of notary offices, the dispersion of data on ownership among different systems and registries without interoperability. Such irregularities have long been reported in other academic disciplines but not in Brazilian Information Science, despite the centrality of this theme for economic structuring and promotion of social justice. Considering such lack of sources, the article's main objective is to relate the novel “Terras do Sem Fim”, by Jorge Amado, with the Political Economy of Information, based on bibliographic and documental research on laws and media content, as well as a semi-structured interview with an urban law specialist. The analysis led us to four main categories present in the work and relevant to the objects of our field: 1) the mysteries of the forest; 2) violence in territorial occupation; 3) commodification; 4) the informational fraud in notary registries. The so-called information age or society still takes Brazil as a large sum of hereditary captaincies, and here we

seek a “transgrammar” by resorting to different sources in order to build with scientific rigor an object of knowledge marked by silencing, crimes and false legalities.

Keywords: Political Economy of Information; Literature ; Document Management ; Information Regimes.

1 INTRODUÇÃO

*Aqui o documento é o machado.
(Alacid Nunes, governador do Pará 1979-1983)*

Os conflitos sobre a ocupação da terra marcam a história do Brasil, mas o assunto carece de atenção na Ciência da Informação¹. O regime de informação fundiário brasileiro é formado por vários cadastros e registros sem interoperabilidade, pulverizados por órgãos da administração pública e privada. Entre eles, os cartórios constituem figura jurídica ambígua, responsáveis pela custódia de documentos públicos, mas sob administração privada. Aqui a origem da propriedade fundiária é complexa e nunca foram consolidadas diferentes legislações de terras – desde os títulos de sesmaria, passando pela consideração de diversos tipos de posse até 1931,² foi deixado em aberto um leque de interpretações jurídicas.

Este artigo propõe uma “transgramática” entre ciência e literatura, buscando fontes alternativas a minimizar a lacuna sobre o conhecimento territorial. Enquanto nosso campo não se ocupa da informação fundiária, o problema se encontra explícito há quase 80 anos em

¹ Como exemplo, ao pesquisar na BDTD, Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações, “Ciência da Informação” e “fundiária” em qualquer campo há duas ocorrências: a tese “Propriedade intelectual e renda no capital-informação”, pesquisa imprescindível para a Economia Política mas que não trata especificamente da terra; e uma dissertação em Ciências Agrárias que não menciona nosso campo mas “efi(ciência da informação)”. Ao pesquisar “Ciência da Informação” e “cartório” em qualquer campo, duas ocorrências: a dissertação em Ciência da Informação “O acesso à informação no Sistema Nacional de Registro Civil”, perspectiva acrítica sobre cartórios de registro civil e não de imóveis; e a tese em Linguística “O discurso sobre a morte em arquivos do século XIX”, que cita a Ciência da Informação sob o viés da arquivologia. Buscando “Diplomática” e “cartório”, encontramos uma tese em Literatura e uma dissertação em História que não tratam da falsificação da informação territorial; enquanto “Diplomática” e “fundiário” nos levam a uma dissertação em Antropologia e uma tese em Educação, onde o termo diplomática aparece apenas como adjetivo para relações internacionais. Disponível em: <https://bdtb.ibict.br/>. Acesso em: 25 ago. 2021.

² Decreta Getúlio Vargas domínio sobre as terras devolutas, que “tem sido, muitas vezes e em muitos lugares, invadidas, ou até usurpadas mediante artifícios fraudulentos e criminosos, inclusive a simulação de títulos antigos de propriedade” (BRASIL, 1931).

“Terras do sem-fim”, de Jorge Amado. Seleccionamos na obra momentos pertinentes à Economia Política da Informação a fim de destacar a conexão entre progresso civilizatório, desapropriação das terras comuns, violência e falsas legalidades. Ali o povo sabe da farsa informacional dos cartórios, e chamam de caxixe³ a prática fraudulenta de registro de terras.

A seguir, na seção 2 resgatamos a problemática macro por trás do romance a partir do legado científico da Cepal, a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe, cujos intérpretes como Maria Conceição Tavares e Celso Furtado elaboraram com originalidade uma teoria crítica sobre o nosso capitalismo, periférico, desigual e dependente, fatores extrínsecos que condicionam o fazer documental. Na seção 3 introduzimos a tentativa de incorporar com rigor a literatura popular à Ciência da Informação. Por fim, a seção 4 desenvolve as temáticas principais presentes na referida obra amadiana, a saber: 1) os mistérios da mata; 2) a violência da ocupação territorial; 3) a commodificação; 4) o caxixe dos cartórios, aproximando literatura brasileira e Economia Política da Informação.

2 NÃO EXISTE PECADO AO SUL DO EQUADOR: NOTAS SOBRE A DEPENDÊNCIA

Intérprete da teoria da dependência elaborada por Celso Furtado, Maria Conceição Tavares (1999, p. 457) ressalta que em meados do século XIX o comércio internacional do Brasil já era superior ao da Alemanha. Nascemos como nação com esse ímpeto exógeno e, desde então, nossa balança comercial foca em *commodities* agrícolas valorizadas internacionalmente, mas não apenas a mercê dos interesses estrangeiros. Nossa burguesia está sempre a atualizar a lógica colonial de exploração, cujo pacto de dominação atrela o externo ao interno. Tavares reconhece a centralidade da ocupação mercantil e do domínio privado do território, destacando a expansão da fronteira do agronegócio e a exploração de recursos naturais entre os aspectos mais importantes para a acumulação. Os donos da terra foram e ainda são indispensáveis ao pacto de dominação, respaldados pelo sistema político-institucional em favor da economia capitalista.

³ Verbete oriundo da Bahia: 1) variação do chuchu; 2) negociata envolvendo terras de cacau; 3) fraude. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/caxixe/>. Acesso em: 13 jun. 2021.

O chamado “mercado de terra” sempre foi uma ficção (Id, 2000, p. 144), tanto do ponto de vista jurídico como do social. O instituto jurídico português das sesmarias (sesmar = dividir), consolidado como comércio em 1850 pela Lei de Terras, normatizava a distribuição e propriedade do território, “um dos primeiros diplomas que os senhores do Império Brasileiro construíram como afirmação de sua condição simultaneamente burguesa e oligárquica” (IBID). Base de poder territorial das elites regionais, a intenção modernizante ficou explícita na lei ao estabelecer formalmente um mercado de terras, obtidas por compra e venda mediante escritura registrada em cartório.

Assim nasce um dos mais antigos e rentáveis negócios patrimonialistas do capitalismo brasileiro: os cartórios privados que dão “fé pública”, onde são praticados verdadeiros estelionatos que geraram a fortuna súbita de aventureiros e provocaram a ruína e expulsão de milhares de ocupantes, posseiros, assentados e trabalhadores da terra. O cadastramento das propriedades da União é até hoje um verdadeiro novelo, tamanha a quantidade de camadas sobrepostas de títulos falsos de propriedade. Estimativas recentes dos registros públicos indicam que mais de 80% das propriedades rurais e urbanas não possuem titulação legal. (IBID)

Aqui os cartórios se estabeleceram com a chegada da coroa portuguesa, no ato inicial de circunscrever um território à certa jurisdição. A maioria dos cartórios foram doações de governantes monárquicos e republicanos (SILVA; ARANTES; PEREIRA, 2020, p. 15), cujo direito de posse se deu de modo hereditário até a Constituição de 1988. Desde então, seguimos com a contradição de atribuir funções públicas a uma instituição privada, de caráter personalista e patrimonialista. Para o então senador Geraldo Mesquita Jr. (2003), “dos tempos coloniais, herdamos essa instituição odiosa, que todos conhecem como cartório, sinônimo de atraso e de burocracia”; enquanto Holston (1993, p. 4) define como “um sistema privado, labiríntico e corrupto”.

No âmbito da Ciência da Informação e áreas afins, este tema orbita a crítica documental presente na disciplina Diplomática. Um gérmen da Arquivologia, a Diplomática nasceu no século XVII da necessidade de se analisar a autenticidade e veracidade de títulos territoriais e documentos eclesiásticos. Segundo Luciana Duranti, (2020, p. 26), a Diplomática avalia e comunica a verdadeira natureza dos documentos arquivísticos ao estudar sua autoria e transmissão em relação aos eventos neles representados. A fim de averiguar a distância

entre fatos e atos, ou seja, as contradições entre o acontecimento real e o registro, há de se incorporar aos elementos intrínsecos das formas documentais também seu caráter extrínseco, as circunstâncias de sua criação. O conhecimento isolado acerca de um único documento é raramente útil e determinante; faz-se, então, necessário articular diferentes fontes de informação para compreender qualquer documento (IBID, p. 12). Contudo, tampouco nesse subcampo encontramos pesquisas sobre fraudes fundiárias.

Betânia Alfonsin (2020) pontua que no Brasil há uma defasagem enorme no sistema de dados governamentais; muito ainda não foi digitalizado e escapa do escrutínio público:

Precisamos melhorar uma ordenação que se funda sobre crimes, é um sistema que ficou no século XIX. Tem matrículas no Brasil que descrevem a terra assim: “A terra de fulano começa numa figueira que fica à beira do Arroio Cavahada, daí se estende por 300m ao sul até encontrar uma grande rocha, onde então inflete para a direita, até encontrar uma outra figueira...”. É um escândalo, tanto o sistema de patrimônio da União, quanto em relação às terras privadas, que têm um monte de falcaturia, especialmente em área de floresta. E tem lei no Brasil por autodeclaração. Se legalizou a grilagem: “isso aqui é meu”.

Alfonsin relata o que se convencionou chamar de descrições precárias, apesar de já haver disponível na época tecnologia geodésica para demarcação precisa das terras. Sérgio Jacomino (INSTITUTO DE REGISTRO IMOBILIÁRIO DO BRASIL, 2005) relaciona a baixa qualidade dos dados com a exploração colonial baseada no latifúndio. Inicialmente o modelo extrativista concedia vastas extensões territoriais sem interesse em requerer aproveitamento adequado. Com fonte permanente de novas terras, o esgotamento do solo se mostrava como método mais rápido e lucrativo, impelindo à mobilidade contínua e a flexibilização dos limites do terreno.

Aqui, 150 anos atrás nossa “revolução burguesa” (TAVARES, 2000, p. 137) não evoluiu para uma ordem competitiva, mas manteve o pacto de dominação entre o Estado, os donos da terra e os donos do dinheiro. Oscilando com breves exceções entre uma oligarquia liberal e um Estado interventor autoritário, esse sistema nunca poderia levar adiante políticas realmente transformadoras como reforma agrária popular e o ensino básico universal. Ainda há duras disputas a travar pela democracia documental no Brasil e pela atenção da nossa Ciência da Informação à questão fundiária.

3 TRANSGRAMÁTICAS ENTRE CIÊNCIA E LITERATURA

Só existe o todo. Compartilhamos uma única biosfera, mas a realidade se apresenta fragmentada pela lógica individualista em diferentes níveis, seja em solipsismos, Estados-nações ou disciplinas do saber. A fim de almejar a totalidade, a ciência se aproxima de outras fontes de conhecimento para ampliar perspectivas, principalmente quando se tratando de temas opacos. Carecemos de dados abertos sobre a propriedade fundiária porque o sistema capitalista coloca como lei máxima inquestionável o atributo privado, alienando o bem comum – e aqui tentamos ir de encontro ao relacionar a questão dos títulos territoriais com o processo macro de despossessão material e comodificação generalizada.

Nesse sentido, a literatura ficcional pode se configurar como fonte rica de conteúdo. Experiências do senso comum e da literatura são, sem dúvidas, capazes de produzir conceitos e incitar novas apreensões do mundo; contudo, o cotidiano tende ao intuitivo, carecendo de sistematização crítica. Já os fatos científicos não são dados empíricos espontâneos, mas construídos pelo trabalho de investigação – ainda que a ciência seja reconhecida como falível, ela deve ser sistematicamente ordenada. Chauí (2005, p. 220) aponta que o verdadeiro significado do método científico é a convergência coerente entre pensamento e ação. O fenômeno vai sendo elaborado como um objeto do conhecimento controlável e verificável, relacionado com outros fatos numa explicação racional unificada.

Araújo (2006) resgata diferentes historiografias sobre o desenvolvimento da ciência como forma de conhecimento, ao passo que crescente sistematização e metodologia na prática científica não impedem seu condicionamento por disputas econômicas e políticas. Decerto os feitos científicos têm servido ao advento do capitalismo, a ciência não é neutra e perpetua lacunas. Se a ideologia universaliza os valores das classes dominantes, também os objetos do conhecimento científico acabam influenciados pelos interesses hegemônicos. Já que nada é hermético no mundo concreto, precisamos apreender os assuntos como multidimensionais. Araújo (IBID, p. 135) lembra da continuidade entre conhecimento

científico, senso comum e cultura popular pois, embora muito diferentes, estão debruçados sobre os mesmos objetos da realidade.

O conceito de transgramática manifesta tal tentativa de atravessar fronteiras, institucionalizadas ou não, entre a ciência e o que é considerado “pré-ciência” (SALDANHA, 2013, p. 22). Gramaticar envolve o estudo de regras concisas e especializadas em um dado conjunto linguístico, com objetivo de educar e comunicar. Assim, Saldanha traz a metáfora de uma “teia de gramáticas”, que procuram emancipar uma linguagem específica e conectá-la com outras linguagens existentes (IBID, p. 16). Na Organização dos Saberes há permanentemente esse esforço de reconstituir retalhos discursivos, a fim de possibilitar o acesso a outras culturas da construção do conhecimento: “O devir metainformacional do organizador dos saberes é comunicar as gramáticas do mundo” (IBID, p. 17).

Tentaremos seguir nessa transgramática, como um cruzamento de línguas e elementos léxicos, ao articular o problema desta pesquisa com a obra “Terras do sem fim”, de Jorge Amado (2002), publicada originalmente em 1943. Ilana Goldstein (2000) defende que o legado de Jorge Amado aponta questões centrais para pensar a identidade da nação, apesar de sofrer preconceito acadêmico (SCHWARCZ, 2000, p. 13). Goldstein relata que Celso Furtado, em suas aulas de economia nos Estados Unidos nos 1970, utilizava trechos de “Suor” e “Gabriela Cravo e Canela” para retratar nossa estrutura rural, reconhecendo Amado como intérprete do Brasil e o caráter formativo do conteúdo.

4 A ECONOMIA POLÍTICA DA INFORMAÇÃO EM “TERRAS DO SEM FIM”

Ilhéus, sul da Bahia, início do século XX. O romance narra a disputa de coronéis pela expansão dos latifúndios de cacau, onde dezenas de figuras retratam a transformação civilizatória a partir de processos típicos de acumulação primitiva e expropriação territorial. Nosso interesse na narrativa foca em particularidades do capitalismo dependente, então a seguir dispensaremos os dilemas singulares dos personagens. Foram consideradas quatro temáticas pertinentes à discussão desta pesquisa: 1) os mistérios da mata; 2) a violência da ocupação territorial; 3) a comodificação; 4) o caxixe e a farsa informacional dos cartórios – conteúdo caro ao tema aqui proposto, pois o léxico manifesta a cultura de uma realidade concreta, da materialidade histórica e geográfica em pauta.

A trama relata a corrida pela ocupação do território com a comodificação ou mercantilização de um bem comum da natureza, “uma árvore que se chamava cacauete e dava frutos cor de ouro que valiam mais que o próprio ouro” (AMADO, 2002, p. 23). O subtítulo do livro, “Terra adubada com sangue”, sugere o tom da narrativa, onde seis capítulos traçam o processo de desfloração e expansão dos latifúndios, envolvendo disputas por poder político, comercial e financeiro.

No primeiro capítulo ~ O navio ~ personagens com distintos papéis sociais saem do porto de Salvador em busca de trabalho, investimento ou qualquer promessa de enriquecimento. A organização espacial da embarcação reproduz a divisão de classes, delimitada em setores de acordo com a posição socioeconômica dos passageiros. Alguns deixavam pra trás a terra amada abrasada pela seca, enquanto outros viajavam pra contratar peões, mas todos os aventureiros precisam se desenraizar.

No mar aberto, os ventos à noite traziam esperança com cheiro de desgraça. “Uma canção diz que jamais voltarão, que nessas terras a morte os espera atrás de cada árvore” (AMADO, 2002, p. 26). Em uma roda de música e jogos de azar, o diálogo nos apresenta o vocábulo mais importante da obra para esta pesquisa. “Já ouviram falar em ‘caxixe’? Diz que é um negócio de doutor que toma a terra dos outros... Vem um advogado com um coronel, faz caxixe, a gente nem sabe onde vai parar os pés de cacau que a gente plantou...” (IBID, p. 27). No fim da jornada, o capitão desabafa: “Por vezes me sinto como o comandante de um daqueles navios negreiros do tempo da escravidão... Que diferença há?” (IBID, p. 41).

Segundo capítulo: A mata. Os desbravadores vinham de terras já há muito rasgadas por estradas, onde não se viam mais onças, cobras ou surpresas selvagens à espreita. Frente o desconhecido os homens ficam paralisados pelo medo, que neles instiga um desejo irracional de controlar a ameaça. Durante uma tempestade assustadora, raios lançavam fogo pela boca e infundiam um “respeito religioso” (IBID, p. 46). Os mistérios da natureza se manifestam agora naqueles homens que devem se impor como dominadores:

A mata! Não é um mistério, nem uma ameaça. É um deus! (...) Ali estão os animais inimigos do homem, as assombrações. Recuam devagar, o medo nos corações. Explodem os raios sobre a mata, a chuva cai. Miam as onças, silvam as cobras, e, sobre todo o temporal, as lamentações dos lobisomens e das caiporas defendem a virgindade da mata. Diante dos homens está a mata, é

o passado do mundo, o princípio do mundo. Largam os machados, as foices, só há um caminho, é o caminho da volta (IBID, p. 47-8).

Destacamos que a mata não é somente o princípio do mundo mas também o futuro, pois nenhuma vida prescinde da terra. Não praticamos essa máxima, alienados pela civilização, desconectados da mãe que gera e alimenta a vida. “Seus olhos estavam cheios de outra visão, (...) a melhor terra do mundo para plantio do cacau” (IBID, p. 49). Os desbravadores fazem o caminho de volta apenas para retornar mais instrumentalizados pela técnica. Afinal, até as teorias críticas, que não operam pela dicotomia sujeito x objeto ou humano x natural, reconhecem a contradição inerente entre humanidade e natureza: somos a única espécie que necessita produzir os elementos para sua sobrevivência. Álvaro Vieira Pinto (2005) defende que a primeira criação técnica remete ao início da nossa separação ilusória do meio-ambiente, um processo evolutivo excepcional para a cognição e, dialeticamente, também excepcional para a alienação e distanciamento do mundo concreto.

O progresso avança. Acompanhamos o endividamento típico das novas relações capitalistas: os recém-empregados se endividam para comprar mantimentos básicos e instrumentos para o próprio trabalho. A mão de obra se aparta dos bens comuns da natureza, antes gratuitos, que são também meios de produção e de reprodução da vida. Apesar do alerta de um terceiro, o emigrante cearense alvo da negociata aceita a proposta, pois não tinha planos de se assentar, pretendia voltar à sua terra assim que chovesse. O velho observador desalenta tamanha inocência porque dali ninguém volta, o empregado fica amarrado na mercearia desde o primeiro dia – até conseguir pagar o valor inicial, a dívida já aumentou a perder de vista. E sintetiza esse desenrolar: “Eu era menino no tempo da escravidão (...) mas não era mais ruim que hoje. A coisa não mudou, foi tudo palavras...” (IBID, p. 103). De fato não muda, pois a acumulação primitiva é contínua.

Marx (2013, p. 970) aponta que a era capitalista provocou em “escala colossal o roubo de domínios estatais, até então realizado em proporções modestas. Tais terras foram presenteadas, vendidas a preços irrisórios ou, por usurpação direta, anexadas a domínios privados”. Uma vez apartados da natureza, a substituição do modo total de vida pela lógica do dinheiro torna mais difícil para os trabalhadores medirem sua exploração (FEDERICI, 2017, p. 61). Vidas amarradas em dívidas. “Também o coronel Misael tinha seu plano, que era ficar

com a fazenda de Claudionor quando este não pagasse. Claudionor era analfabeto e assinou em cruz os documentos de reconhecimento de dívida” (AMADO, 2002, p. 149).

Terceiro capítulo: Geração de cidades. Este trecho ilustra o movimento humano em aglomerações cada vez maiores e menos naturais. O modo violento de ocupação territorial se faz notório pelos sucessivos casos de assassinatos, incêndios criminosos, queima de arquivo e destruição de plantações. A considerar a gravidade e persistência dos inúmeros problemas que nos cercam, com frequência julgamos a política como negligente e omissa, mas o sistema é ativo e funciona como projetado. Não é terra sem lei, a lei é que “é do gatilho” (AMADO, 2002, p. 203). Ao fim e ao cabo, “um revólver é o único dinheiro bem empregado nessa terra” (IBID, p. 103). Segundo os personagens sem fim, cada vez que um homem morre só muito depois se descobre que as terras do senhor local aumentaram.

“Os cegos são os poetas e cronistas dessa terra” (IBID, p. 231). Em tese todos possuem a capacidade de olhar, ver, observar a realidade, mas na prática fica difícil perceber além dos antolhos da ideologia. Para Amado, logo os desprovidos da visão, aqueles sem o sentido humano mais imediato, estão aptos a aguçar outras capacidades de percepção e elaboração de relato. Como na célebre passagem de Schopenhauer (2010, p. 156), “por isso a tarefa não é ver o que ninguém viu ainda, mas pensar aquilo que ninguém pensou a respeito daquilo que todo mundo vê”.

Assim passamos ao conflito central da história, entre os coronéis Horácio da Silveira e Sinhô Badaró pelas terras devolutas de Sequeiro Grande. A região era considerada a melhor do mundo para plantio de cacau, uma como tantas onde a promessa de lucro e poder fomenta disputas violentas pela propriedade fundiária. A história é escrita a sangue⁴. Nunca ninguém havia entrado naquela terra para plantar, só quem vivia ali era um curandeiro considerado maluco, que não produzia nada de lucrativo. De um lado a mata era vizinha da propriedade de Horácio, que já ia comendo o espaço aos poucos; de um outro lado estava a fazenda dos Badarós, que também adentravam o terreno. “Essa mata é um fim do mundo, e quem tiver

⁴ O Brasil é apontado como um dos países mais perigosos para ativistas e jornalistas. Em 2018 a vereadora Marielle Franco foi executada por milicianos por estar “atrapalhando” a grilagem de terras na cidade, segundo o então secretário de Segurança Pública do Rio de Janeiro (GODOY, 2018).

ela é o homem mais rico dessas terras de Ilhéus... É o mesmo que ser dono de uma vez de Tabocas, de Ferradas, dos trens e dos navios..." (AMADO, 2002, p. 110).

Os irmãos Badaró já dominavam a economia e a política de Ilhéus, mas o céu é o limite, não a terra. Sinhô Badaró sabia que legalmente não tinha como lutar contra o coronel Horácio (IBID, p. 53), rico latifundiário ligado à oposição; Sinhô toma então como primeira medida encomendar o assassinato de Firmo, proprietário de um sítio vizinho ao Sequeiro. O atentado fracassa e assim deflagra a luta aberta pela posse da terra. Enquanto seguem atos de violência por ambas as partes, Horácio também submete o litígio oficialmente à justiça por meio de seu advogado Virgílio. De qualquer maneira, para o coronel o processo marchava "a passos de cágado", ele confiava muito mais em "tomar as terras à força que pela lei" (IBID, p. 236). Após uma reviravolta eleitoral, a situação política passa para o lado de Horácio, que começa a angariar reforços.

Chegamos a nossa principal temática, a farsa informacional do caxixe nos cartórios. Por meio da adulteração nos registros oficiais, pessoas que há décadas gozavam de posse fundiária perdiam da noite para o dia suas terras e plantações:

E o rico de hoje poderia ser o pobre de amanhã se um mais rico, junto com um advogado, fizesse um "caxixe" bem feito e tomasse sua terra. E todos os vivos de hoje poderiam amanhã estar mortos na rua, com uma bala no peito. Por cima da justiça, do juiz e do promotor, do júri de cidadãos, estava a lei do gatilho, última instância da justiça de Ilhéus (IBID, p. 203).

Lei e dinheiro correm juntos, nenhum empreendedor que se preze faz negócio sem consultar um bom advogado a fim de antecipar possíveis contendas. Assim, Virgílio registra no cartório um título de propriedade falso das matas de Sequeiro Grande (AMADO, 2002, p. 172). Nesse ínterim, entreouvia-se pela cidade que Juca Badaró havia contratado um agrônomo para medir a mata e também forjar um título de propriedade, mas chegavam atrasados. Virgílio interpela com satisfação: "Pra que é que eu sou advogado, doutor? A mata já está registrada, com medição e tudo, no cartório de Venâncio, como propriedade do coronel. (...) Custou dois contos de réis convencer o escrivão. O mais foi fácil" (IBID, p. 170). O que a lei faz vista grossa sabe bem a boca miúda, e por lá se dizia que Venâncio também recebeu por fora pelo trabalho (IBID, p. 172).

O caso do cartório de Venâncio repercutiu no jornal da cidade. Em artigo de uma página e meia, o diário explicava ao público o “inominável caxixe que era registrar um título de propriedade à base de uma velha medição já sem valor legal e que, ademais, fora rasurada para substituir o nome de Mundinho de Almeida pelo de Horácio e seus sequazes” (IBID, p. 207). A máfia dos cartórios ficava ainda mais escancarada. Como um coronel poderia reagir? A lei é, sem dúvidas, uma arma.

Os Badarós tiveram que recorrer à aliança com o coronel Teodoro das Baraúnas para resolver a contenda. Teodoro encabeçou esse acerto de contas; valente na companhia de seus capangas, já chegou na rua do cartório dando tiro, o tabelião e os funcionários só tiveram tempo de fugir pelos fundos. Os jagunços saltaram dos cavalos, um sacou a garrafa e começou a derramar querosene no chão e nas estantes de arquivos. “O fogo devorava cartórios, plantações de milho e mandioca, armazéns com cacau seco, matavam-se homens mas se respeitavam os cacaueiros” (AMADO, 2002, p. 279).

Fernando Oliveira (2020) aponta como historicamente na Bahia os excedentes do comércio cacaueiro passaram a financiar a arte e os meios de comunicação, ou seja, a cultura em geral. Investidos de autoridade pública do tipo miliciana, os coronéis detêm a base, os meios de produção, e também a superestrutura, a lei e a consciência social sobre a legitimidade desse poder. Assim nas terras do cacau o título de coronel conferia uma autoridade similar a do padre ou do juiz. Tipificar os papéis do patriarcado capitalista em classes estanques esbarra nos limites da sobreposição entre fronteiras classificatórias: “uma terra de assassinos, (...) vários desses padres se convertiam em fazendeiros, com arma embaixo da batina, (...) nas eleições traziam levas de eleitores, prometendo verdadeiros pedaços do paraíso e muitos anos de vida celestial” (AMADO, 2002, p. 201).

O processo de Horácio contra os Badarós “corria no foro” de Ilhéus sem solução, apesar que “correr” no foro era a mais inadequada das expressões jurídicas (IBID, p. 236) quando se tratava de indiciar aliados do governo. O papel do juiz é defender o *status quo*, pois o Estado intervém com o propósito de manter a segurança e o domínio das classes proprietárias, ou “tentar validar patrimonialmente o seu estoque de capital acumulado” (TAVARES, 2000, p. 140). Neste caso, o juiz responde aos interesses dos Badarós. Se não o

fizesse bem, no máximo o governador do estado poderia transferi-lo para alguma cidade perdida pelo sertão, a vegetar sem conforto, esquecido por todos os influentes. Por outro lado, o juizado de Ilhéus galgava caminho para a Suprema Corte e a promoção ao título de desembargador, “muito mais sonoro e muito melhor pago” (AMADO, 2002, p. 236).

A trama nos relata a história recorrente do avanço civilizatório, a comodificação de bens comuns da natureza, a expropriação de terras devolutas e de trabalhadores que originalmente detinham acesso ao território para subsistência: “A árvore que influía em Ilhéus era a árvore do cacau, se bem não se visse nenhuma em toda a cidade” (IBID, p. 202); “O jornal da oposição atacara dizendo que muito mais que de jardins Ilhéus precisava de estradas” (AMADO, 2002, p. 203). Para a régua do ocidente capitalista, tudo isso é marca d’O Progresso, título do último capítulo.

Na disputa por Sequeiro, o que vemos como dois lados semelhantes, um tão sangrento e ganancioso quanto o outro, é tido pelo desenvolvimentismo como um embate entre o velho e o novo. Os Badarós já eram influentes na região e desejavam acumular a posse e a propriedade da mata unicamente para a família, “prejudicando assim não só os legítimos proprietários como também o progresso da zona, a subdivisão da propriedade que era uma tendência do século, como se podia comprovar com o exemplo da França” (IBID, 2002, p. 205). Já o coronel Horácio era visto como um empreendedor visionário, que tratava de derrubar a mata de Sequeiro Grande para plantar cacau pensando não só nos seus interesses particulares mas também no progresso geral do município, associando à sua empresa civilizadora todos os pequenos lavradores que limitavam com a mata.

“... se reúnem em torno aos cegos para ouvirem as histórias do começo do cacau, o começo do século (...) aqueles outros homens que abriram a floresta no passado, que a derrubaram, que mataram e morreram (...) **Mas os ouvintes quase não relacionam os fazendeiros de hoje aos conquistadores de ontem.** É como se fossem outros seres, tão diferentes os tempos. Antes era a mata fechada de mistérios, hoje são as roças de cacau, o amarelo dos frutos parecendo de ouro (IBID, p. 232, grifo nosso).

Os ouvintes não relacionavam os fazendeiros de hoje aos conquistadores de ontem; os problemas de agora parecem que surgiram há pouco, a maioria sempre é pega de surpresa com mais exploração e destruição. Ao fim da narrativa, a população local demonstra assombro

ao observar a rapidez com que os cacauzeiros cresceram nas terras: “um ano e meio de lutas, (...) se passa tanta coisa, Lenita, que a gente nem tem tempo de falar direito sobre nenhuma delas... Tá tudo muito depressa. (...) A luta comia dinheiro” (IBID, p. 235). Assim a cultura cacauzeira em Amado traça um retrato contundente do personalismo e do patrimonialismo na economia política brasileira, com decorrente baixa governança informacional.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A literatura pode se deslocar da objetividade concreta, diferente dos ordenamentos jurídicos. Porém, ficções como “Terras do sem-fim” descrevem certas características da realidade nacional com inesperada veracidade, a contrapormos, por exemplo, algum quesito da lei de acesso à informação, ora limitada, ora distorcida, ou o pressuposto constitucional da função social da propriedade, desde sempre negligenciado. A trama nos relata a história recorrente do avanço civilizatório, a mercantilização de bens naturais, a expropriação de terras devolutas e de trabalhadores que originalmente detinham acesso ao território para subsistência, violações executadas pela notória manipulação das fontes oficiais de documentação sobre o território.

Neste artigo consideramos que o romance de Amado viceja elementos pertinentes para a pesquisa na Economia Política da Informação: a necessidade humana, especialmente de viés capitalista, de tentar dominar os mistérios da mata; a violência da ocupação territorial; a comodificação dos bens comuns da natureza; o caxixe e a farsa dos cartórios. A obra ficcional traça um retrato verossímil do capitalismo dependente praticado no sul global, constantemente atualizado no território pelas mentes colonizadas das burguesias locais. Interessa a esta pesquisa como nos descolamos da terra, como a informação é manipulada e a lei aplicada à força por interesses privados, em consonância com as instituições oficiais. Ao passo que todos estão à mercê do cacau, sejam patrões ou empregados, a trama deixa claro o nível de arbítrio da elite política e a injustiça gritante com as classes baixas.

Mata, terra, cacau, capital, pena capital... mata. Tudo vem e volta à terra adubada com sangue, pátria mãe solteira e expropriada. A questão fundiária carece de mais atenção na Ciência da Informação brasileira: dada as conhecidas irregularidades dos documentos oficiais, buscamos uma transgramática entre ciência e literatura, a se valer da articulação de diferentes

fontes de conhecimento a fim de construir um objeto de estudo próprio aos interesses do nosso campo e da realidade nacional.

REFERÊNCIAS

ALFONSIN, Betânia. **Entrevista concedida aos autores**. 2020.

AMADO, Jorge. **Terras do sem fim**. Rio de Janeiro: Record, 2002.

ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. A ciência como forma de conhecimento. **Ciências & Cognição**, v. 8, p. 127-142, 2006.

BRASIL. **Decreto nº 19.924, de 27 de abril de 1931**. Dispõe sobre as terras devolutas.

INSTITUTO DE REGISTRO IMOBILIÁRIO DO BRASIL. **Cadastro e registro público**: uma conversa com o presidente do Irib, Dr. Sérgio Jacomino. Disponível em: <https://irib.org.br/boletins/detalhes/2002>. Acesso em: 25 ago. 2021.

CHAUÍ, Marilena. **Convite à filosofia**. São Paulo: Editora Ática, 2005.

DURANTI, Luciana. Diplomática: novos usos para uma antiga ciência. **Revista de fontes**, Guarulhos, v. 7, n. 13, dez. 2020.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a bruxa**: mulheres, corpo e acumulação primitiva. São Paulo: Elefante, 2017.

GODOY, Marcelo. Milicianos mataram Marielle por causa de terras, diz general. **O Estado de São Paulo**. Disponível em: <https://brasil.estadao.com.br/noticias/rio-de-janeiro,milicianos-mataram-marielle-por-causa-de-terras-diz-general,70002645671>. Acesso em: 23 ago. 2021.

GOLDSTEIN, Ilana. **O Brasil best seller de Jorge Amado**: literatura e identidade nacional. São Paulo: Editora Senac, 2000.

HOLSTON, James. Legalizando o ilegal: propriedade e usurpação no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. n. 21, fev. 1993.

MARX, Karl. **O Capital**: crítica da Economia Política - Livro I: o processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2013.

MESQUITA JUNIOR, Geraldo. **Cartórios, o reino da burocracia** Imprensa: Brasília, Senado Federal, 2003.

OLIVEIRA, Fernando. Mesa “A importância de Furtado para pensarmos as políticas culturais e uma economia política da cultura”. **VIII Encontro Nacional da União Latina de Economia Política da Informação, da Comunicação e da Cultura**, 2020.

PINTO, Álvaro Vieira. **O conceito de tecnologia**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.

SALDANHA, Gustavo. Transgramáticas: filosofia da Ciência da Informação, linguagem e realidade simbólica. **Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação e Biblioteconomia**. v. 8, n. 2, 2013.

SCHOPENHAUER, Arthur. **Sobre a filosofia e seu método**. São Paulo: Hedra, 2010.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. Prefácio. Em: GOLDSTEIN, Ilana. **O Brasil best seller de Jorge Amado: literatura e identidade nacional**. São Paulo: Editora Senac, 2000.

SILVA, Késia Aparecida; ARANTES, Isabel; PEREIRA, José. "Quem não registra não é dono": o sistema cartorial como representação do patrimonialismo no Brasil. **Administração Pública e Gestão Social**, v. 12, n. 1, 2020.

TAVARES, Maria da Conceição. Império, território e dinheiro. Em: FIORI, José Luís (org.). **Estados e moedas no desenvolvimento das nações**. Petrópolis: Vozes, 1999.

TAVARES, Maria da Conceição. Subdesenvolvimento, dominação e luta de classes. *In*: **Celso Furtado e o Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.